



# Câmara Municipal de Curitiba

## PROPOSIÇÃO Nº 005.00106.2022

Os Vereadores **Renato Freitas, Professora Josete, Angelo Vanhoni, Giorgia Prates - Mandata Preta e Vanda de Assis**, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

### **Projeto de Lei Ordinária**

#### EMENTA

Veda o uso de arquitetura hostil nos espaços livres de uso público urbanos em Curitiba.

**Art. 1º** Esta Lei veda o uso de arquitetura hostil nos espaços livres de uso público urbanos em Curitiba.

§ 1º Entende-se por sistemas de espaços livres todo o tipo de espaço livre de edificação (independentemente de seu tamanho, forma, estética, localização e função) e que surge da relação entre os espaços livres de propriedade pública e de propriedade privada, tais como ruas, calçadas, canteiros e ilhas de sistemas viários, praças, jardins, estacionamentos entre outros.

§ 2º Entende-se por arquitetura hostil a instalação de equipamentos urbanos como espetos e pinos metálicos pontiagudos; pavimentações irregulares; plataformas inclinadas; pedras ásperas e pontiagudas; bancos sem encosto, ondulados ou com divisórias; regadores, chuveiros e jatos d'água; cercas eletrificadas ou de arame farpado; muros altos com cacos de vidro; plataformas móveis inclinadas; blocos ou cilindros de concreto nas calçadas; dispositivos

"antiskate" ou outros mecanismos que visem afastar o uso dos espaços livres de uso público urbanos pelas pessoas em situação de rua e outros segmentos da população.

**Art. 2º** A arquitetura urbana dos espaços livres de uso público deverá promover conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado.

**Art. 3º** Os espaços livres de uso público que já estiverem obstruídos por mecanismos de intervenção hostis deverão ser desobstruídos, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Rio Branco, 05 de maio de 2022

**Ver.Renato Freitas**

**Verª.Professora Josete**

**Ver.Angelo Vanhoni**

**Verª.Giorgia Prates - Mandata  
Preta**

**Verª.Vanda de Assis**

## **Justificativa**

As chamadas "intervenções hostis" estão cada vez mais presentes nas cidades brasileiras e do mundo é caracterizada pela instalação de equipamentos urbanos e realização de obras que visam afastar pessoas indesejadas, principalmente as que estão em situação de rua.

Não é difícil concluir que tais instalações são medidas simplistas e cruéis, uma vez que a raiz do problema está na pobreza, na marginalização e na falta de moradia digna. Tirar pessoas vulneráveis do alcance da vista não resolve tais problemas. Pelo contrário, aprofunda ainda mais a desigualdade urbana.

Precisamos lutar pelo direito à cidade e acreditamos que a proibição das intervenções hostis é um passo para a garantia desse direito. A própria Constituição Cidadã, ao detalhar a noção de desenvolvimento urbano, segue essa linha. Nos termos do art. 182, caput, a política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelos municípios a partir das normas gerais estabelecidas pela União (art. 21, XX), terá por "objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes".

Paralelamente a essa disposição está o objetivo fundamental da República de erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, CF). Nesse sentido, o desenvolvimento urbano está umbilicalmente ligado à redução da marginalização e qualquer ação em sentido contrário deve ser repudiada.

Nesse sentido, corroborando a necessidade legislativa da presente proposição, recentemente foi encaminhado ao IPPUC um pedido de informações nº6200360/2021, questionando as atuais políticas públicas

municipais referentes à arquitetura hostil, e a resposta foi esclarecedora ao informar que apenas o Plano Diretor Lei 14771/2015, e de forma abstrata, menciona o direito à cidade inclusiva.

Ainda, informou que o IPPUC busca ampliar e a oferta de espaços públicos requalificados, que proporcionem o incremento do conforto, do convívio, do descanso, da recreação e da permanência das pessoas em espaços aprazíveis e com qualidade.

Portanto, a presente proposição coadunando com o entendimento do próprio Poder Executivo ao pretender vedar a prática da arquitetura hostil como uma de política de Estado, de caráter permanente, para que o direito à cidade de todo e qualquer cidadão seja garantido.

### **Impacto Orçamentário**

Ressalta-se que, a presente proposição ao vedar uso de arquitetura hostil nos espaços livres de uso público urbanos em Curitiba, não cria despesa nova para a administração.

Desse modo, a proposição não implica, de forma imediata, em aumento de despesa, já que apenas estabelece regras de funcionamento do Município.